

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Agência de Fomento do Estado de Alagoas S/A  
CNPJ 10.769.660/0001-95  
Rua Deputado José Lages, 972, Ponta Verde  
Cep: 57035-330 – Maceió/AL 82 3315.3468

A avaliação foi elaborada com base nas diretrizes estabelecidas na Política de Responsabilidade Socioambiental e Climática (PRSAC) e contempla a análise das linhas de crédito da instituição, abrangendo linhas ativas, suspensas e encerradas. O processo considera fatores como potencial de geração de resíduos, impactos ambientais, uso intensivo de recursos naturais, necessidade de licenciamento ambiental, riscos operacionais e possíveis impactos sobre comunidades ou áreas sensíveis.

Para realização da avaliação, foi aplicada metodologia estruturada de pontuação por critérios socioambientais, permitindo mensurar o nível de exposição ao risco associado a cada linha de crédito.

Critérios de Avaliação de Risco Socioambiental

A análise foi realizada considerando os seguintes critérios:

- Potencial de financiar atividades emissoras de gases
- Risco de geração de resíduos sólidos
- Uso intensivo de água ou geração de efluentes
- Financiamento de projetos em áreas sensíveis
- Possível estímulo ao desmatamento ou alteração do uso do solo
- Existência de riscos operacionais ou acidentes ambientais
- Envolvimento com produtos perigosos ou substâncias químicas
- Necessidade de licenciamento ambiental
- Possível impacto sobre comunidades tradicionais
- Possibilidade de financiamento de projetos com remoção de pessoas
- Impactos potenciais sobre estruturas públicas
- Existência de mecanismos de consulta e transparência
- Estímulo à inclusão produtiva e social

Cada critério recebe uma pontuação de risco, conforme o potencial de impacto identificado.

Tabela de Classificação de Risco

| Pontuação Obtida    | Classificação de Risco |
|---------------------|------------------------|
| 0 a 300 pontos      | Risco Baixo            |
| 301 a 900 pontos    | Risco Médio            |
| Acima de 900 pontos | Risco Alto             |

Essa metodologia permite padronizar a avaliação socioambiental das linhas de crédito, possibilitando comparabilidade entre produtos e maior segurança no processo de tomada de decisão.

Linhas de Crédito Avaliadas e Classificação de Risco

| Linhas Empresariais                 |           |               |
|-------------------------------------|-----------|---------------|
| Linha de Crédito                    | Pontuação | Classificação |
| Cana de Açúcar                      | 950       | Risco Médio   |
| Capital de Giro Misto               | 0         | Risco Baixo   |
| Crédito do Trabalhador FAMPE        | 350       | Risco Baixo   |
| Mulher Trabalhadora (ME/EPP)        | 0         | Risco Baixo   |
| Rizicultura                         | 850       | Risco Médio   |
| Energia Solar                       | 350       | Risco Baixo   |
| Inovacred                           | 400       | Risco Baixo   |
| Crédito do Trabalhador Turismo (PJ) | 450       | Risco Baixo   |
| Desenvolve + Sustentável            | 200       | Risco Baixo   |
| Capital de Giro ARSAL               | 350       | Risco Baixo   |
| Capital de Giro SELIC               | 350       | Risco Baixo   |
| ProRenda PJ                         | 0         | Risco Baixo   |

| Linhas de Microcrédito                                  |           |               |
|---------------------------------------------------------|-----------|---------------|
| Linha de Crédito                                        | Pontuação | Classificação |
| Microcrédito (MEIs, informais, artesãos e agricultores) | 450       | Risco Baixo   |
| Acredita MEI                                            | 0         | Risco Baixo   |
| Acredita Mulher MEI                                     | 0         | Risco Baixo   |
| Trabalhador do Turismo (MEI)                            | 500       | Risco Baixo   |
| Trabalhador FAMPE Mulher                                | 0         | Risco Baixo   |

Considerações

A consolidação dessa avaliação permite ao Setor de Gestão de Riscos identificar previamente potenciais impactos socioambientais associados às operações de crédito, contribuindo para o aprimoramento dos processos de análise e concessão de crédito e para o fortalecimento da gestão integrada de riscos da instituição.

A metodologia adotada também reforça o alinhamento da Agência às boas práticas de responsabilidade socioambiental e climática no sistema financeiro, promovendo maior transparência e sustentabilidade nas operações realizadas.

3. DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO E PROJETOS

3.1. DESEMPENHO POR LINHA DE CRÉDITO

Demonstra-se a seguir o desempenho de cada linha de crédito, durante o exercício de 2025, elencando o volume liberado por fonte de recurso eo montante investido nas linhas de operações DESENVOLVE-AL:

3.1.1. LIBERAÇÕES DE CRÉDITO EM 2025



3.1.2. LIBERAÇÕES POR FONTE DE RECURSOS



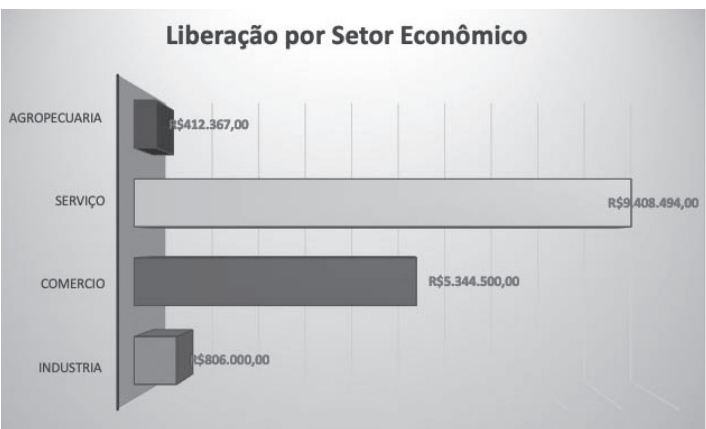
3.1.3. COMPARATIVO DE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO ENTRE 2024 E 2025



3.1.4. COMPARATIVO DE VALORES LIBERADOS ENTRE 2024 E 2025



3.1.5. LIBERAÇÕES DE CRÉDITO POR SETOR ECONÔMICO EM 2025



4. DIRETORIA DE OPERAÇÕES

4.1. COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

A equipe de cobrança e recuperação de crédito da DESENVOLVE-AL atua de forma integrada com diversos departamentos e profissionais, com o objetivo de ampliar a recuperação de créditos inadimplentes ou em prejuízo. Essa atuação contribui para a redução da inadimplência e para a obtenção de resultados mais consistentes e sustentáveis para a instituição.

No exercício de 2025, a área de Operações e Recuperação de Crédito obteve bons resultados. Foram renegociados 26 contratos de clientes ativos, somando R\$ 357.668,49 (trezentos e cinquenta e sete mil, seissentos e sessenta e oito reais e quarenta e nove centavos), além de 60 contratos em prejuízo, que totalizaram R\$ 355.772,06 (trezentos e cinquenta e cinco mil, setessentos e setenta e dois reais e seis centavos). Graças ao empenho da equipe de Recuperação de Crédito, também recebemos R\$ 2.854.300,69 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos reais e sessenta e nove centavos) referentes a parcelas em atraso.

4.2. RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO ENTRE 2024/2025



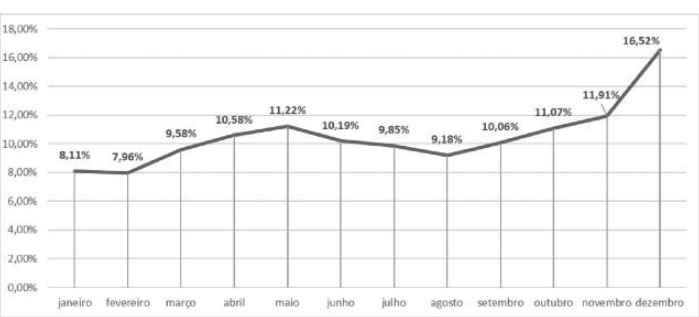
4.3. INADIMPLÊNCIA

A carteira de empréstimos e financiamentos apresenta concentração relevante nas linhas Fungetur Giro II, Pró Renda MEI, Desenvolve Mulher-PJ e Microcrédito FAMPE, que representam 41,24% do saldo devedor total a receber. Trata-se de linhas com perfil específico de público e maior sensibilidade às oscilações econômicas, o que acabou refletindo diretamente no comportamento da inadimplência da agência.

No exercício de 2025, o índice de inadimplência alcançou 16,52%. Embora o percentual represente um aumento em relação aos períodos anteriores, o cenário já está sendo tratado de forma estruturada pelo setor de Operações e Recuperação de Crédito, com intensificação das estratégias de regularização e recuperação.

As ações adotadas envolvem o fortalecimento da cobrança administrativa, com contato ativo e tratativas individualizadas junto aos clientes, priorizando soluções negociais que possibilitem a retomada do fluxo de pagamentos. Paralelamente, os créditos com saldo superior a R\$ 10.000,00 estão sendo encaminhados para cobrança judicial, como também, as operações com saldo acima de R\$ 100.000,00 estão passando por análise e solicitação de execução das garantias, quando cabível.

Segue abaixo, evolução da inadimplência no exercício de 2025:



No exercício de 2025, a Diretoria de Operações manteve o plano de metas internas voltado ao fortalecimento do Setor de Operações, com foco prioritário na recuperação dos créditos classificados como mais problemáticos e na redução dos índices de inadimplência. A atuação concentrou-se na ampliação do alcance das ações de cobrança, buscando contato efetivo com o maior número possível de clientes em atraso e inadimplentes, reforçando o compromisso da área na busca de melhores resultados da carteira operacional de crédito.

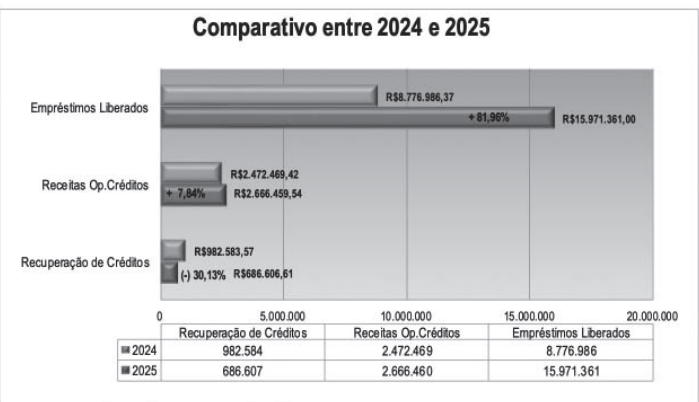
5. DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

5.1. RESULTADO ECONÔMICO FINANCEIRO

5.1.1. COMPARATIVO DOS EMPRÉSTIMOS LIBERADOS, RECEITAS DE OPERAÇÕES CRÉDITO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Durante o exercício de 2025, as receitas com operações de créditos, totalizaram R\$ 2.666 mil, enquanto que No exercício de 2024 essas receitas somaram 2.472 mil, um acréscimo percentual de 7,84%. As receitas com recuperação de créditos nesse exercício somaram 686 mil, enquanto que no ano anterior a recuperação foi de 982.

O volume de empréstimos liberados no exercício de 2025 foi de R\$ 15.971 mil, enquanto que durante todo o exercício de 2024 o montante liberado alcançou R\$ 8.777 mil, um aumento de 81,96%. O total de ativos ao final do exercício de 2025 foi de R\$ 58.212 mil, ficando 6,31% menor em relação ao exercício anterior. Desse total 58,39% corresponde a títulos e valores mobiliários, 37,75% a operações de crédito, e 3,86% a outros ativos.

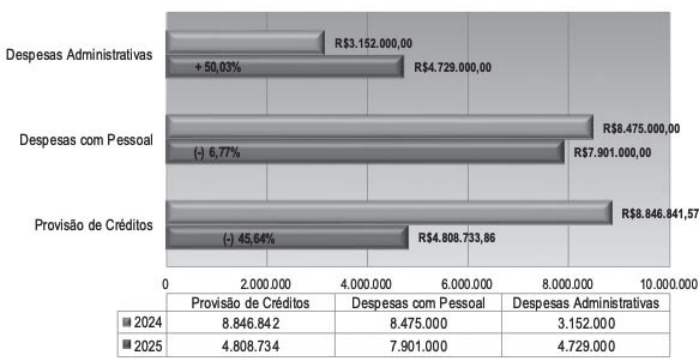


5.2. COMPARATIVO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS, COM PESSOAL E PROVISÃO DE CRÉDITO

As outras despesas administrativas contribuíram para o prejuízo do exercício em 2025, cm um aumento de 50,03%.

Já as despesas com pessoal houve uma diminuição 6,77%, como pode ser visto no gráfico abaixo. As provisões de créditos tiveram uma diminuição em 2025 em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado no gráfico abaixo, a variação foi de 45,64%.

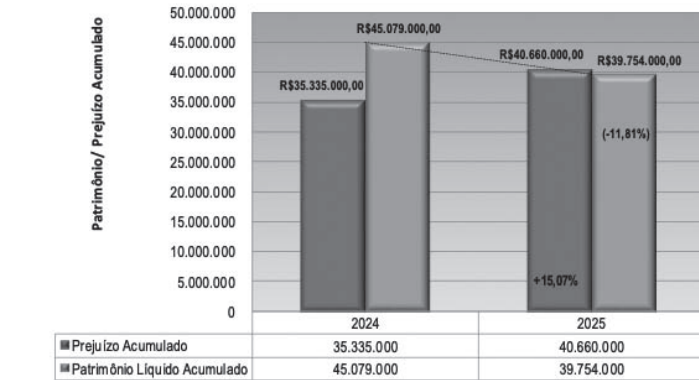
Comparativo entre 2024 e 2025



5.3. COMPARATIVO DO PATRIMÔNIO/LUCRO/PREJUÍZO ENTRE 2024 E 2025

No final do exercício de 2025, a Agência de Fomento de Alagoas apresentou um prejuízo de R\$ 6.325 mil, enquanto que no exercício de 2024 o prejuízo foi de 7.444 mil. Sendo assim, o Prejuízo Acumulado aumentou em 15,07%, enquanto que o Patrimônio Líquido foi reduzido de R\$ 45.079 mil para R\$ 39.754, uma redução em termos percentuais de 11,81%.

Comparativo entre 2024 e 2025



5.4. ASSESSORIA JURÍDICA

Atuação Contenciosa – Comparativo 1º e 2º Semestre de 2025

Durante o primeiro semestre de 2025, a Gerência Jurídica da Desenvolve/AL adotou as medidas administrativas e judiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e interesses da Agência, especialmente no tocante à recuperação de crédito.

No período, foram ajuizadas 4 (quatro) ações de execução de título extrajudicial em face de devedores inadimplentes, totalizando o montante executado de R\$ 255.912,99 (duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e doze reais e noventa e nove centavos).

Para viabilizar o regular processamento das demandas judiciais, foram recolhidas custas processuais iniciais no valor de R\$ 9.730,77 (nove mil setecentos e trinta reais e setenta e sete centavos), mediante Guia de Recolhimento Judicial (GRJ).

No segundo semestre de 2025, observou-se intensificação das medidas de cobrança judicial, refletindo o fortalecimento da estratégia institucional de recuperação de ativos inadimplidos.

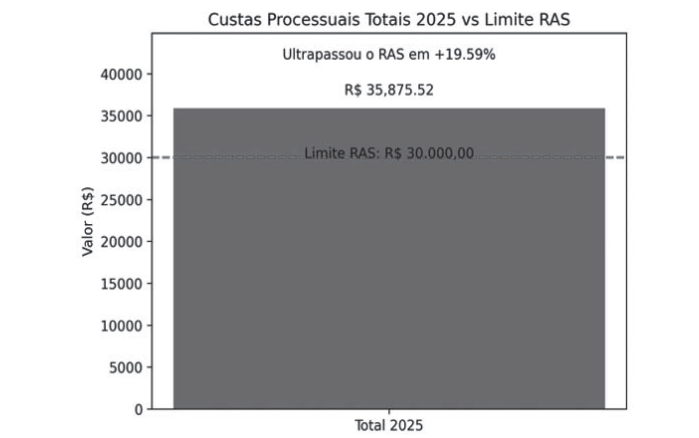
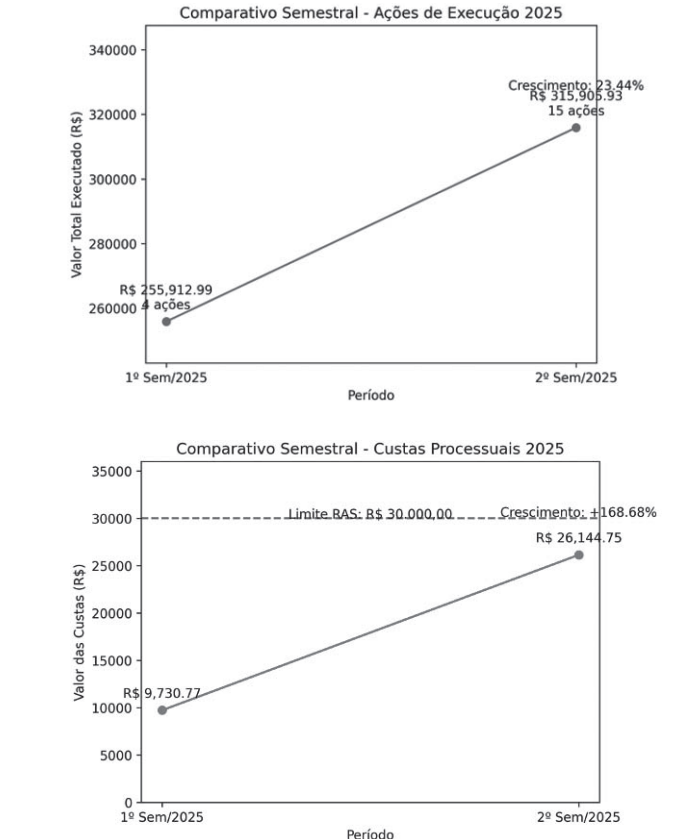
Foram propostas 15 (quinze) ações de execução de título extrajudicial, cujo valor total executado alcançou R\$ 315.905,93 (trezentos e quinze mil, novecentos e cinco reais e noventa e três centavos). As custas processuais iniciais recolhidas no período somaram R\$ 26.144,75 (vinte e seis mil, cento e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos).

Análise Comparativa

Comparativamente ao primeiro semestre, o segundo semestre apresentou:

- Aumento de 275% no número de ações ajuizadas (de 4 para 15 ações);
- Incremento de aproximadamente 23,4% no valor total executado;
- Elevação proporcional no montante recolhido a título de custas processuais iniciais, compatível com o volume ampliado de demandas propostas.

Os dados evidenciam atuação mais intensiva da Gerência Jurídica na judicialização de créditos inadimplidos no segundo semestre, demonstrando alinhamento com a política institucional de recuperação de ativos e mitigação de perdas financeiras.



Análise Técnica – Superação do Limite de Appetite ao Risco (RAS) – Custas Processuais 2025

No exercício de 2025, o montante total despendido com custas processuais iniciais atingiu R\$ 35.875,52, superando o limite estabelecido no âmbito do Relatório de Appetite ao Risco (RAS), fixado em R\$ 30.000,00, o que representa um excesso de aproximadamente 19,59% em relação ao parâmetro prudencial definido.

A elevação decorre, sobretudo, da intensificação das medidas de recuperação judicial de crédito no segundo semestre do exercício, quando se verificou aumento significativo no número de ações de execução ajuizadas (de 4 para 15 demandas), refletindo postura institucional mais ativa na mitigação de inadimplência.

Sob a ótica técnica, cumpre destacar que:

- O aumento das custas está diretamente correlacionado à ampliação da estratégia de judicialização, não configurando, isoladamente, deterioração do risco jurídico;
- O dispêndio adicional possui natureza instrumental, estando vinculado à recuperação de ativos inadimplidos;
- O crescimento do volume executado tende, em perspectiva, a compensar o incremento inicial de despesas processuais.

